

Desafios metodológicos da etnografia nos Estudos para a Paz **Methodological challenges of ethnography in Peace Studies**

LUAN DO NASCIMENTO SILVA

Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro
luandonascimentosilva@gmail.com

ALEXANDRE CÉSAR CUNHA LEITE

Universidade Estadual da Paraíba
Universidade Federal da Paraíba
Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais
alexccleite@gmail.com

PAULO ROBERTO LOYOLLA KUHLMANN

Universidade Estadual da Paraíba
prlkuhlm@gmail.com

Resumo

A etnografia é uma metodologia de pesquisa qualitativa que possui caráter descritivo e interpretativo. Entende-se que esta ferramenta metodológica proporciona estratégias alternativas de compreensão da realidade social. Essa metodologia mais aberta e flexível se torna uma opção para os Estudos para a Paz (EPP), cuja imersão na dinâmica sociocultural local é fundamental para a transformação de conflitos e construção da paz. Assim sendo, o objetivo deste artigo é identificar quais são os principais desafios metodológicos da utilização da etnografia nos EPP. Para isso é necessário, primeiramente, descrever a metodologia de pesquisa etnográfica, em seguida, verificar suas contribuições nos EPP e, por fim, analisar os desafios de sua aplicabilidade dentro desse campo. O presente trabalho providenciará um arcabouço teórico para auxiliar pesquisadores e peacebuilders na instrumentalização da etnografia em iniciativas voltadas à construção da paz. Logo, realiza-se uma pesquisa de caráter qualitativo e interdisciplinar, baseada na análise bibliográfica e revisão de literatura, para entender o estado da arte da metodologia e sua aplicação nos EPP. Pressupõe-se que a etnografia, embora apresente dificuldades, seja uma eficiente ferramenta para a compreensão das realidades sociais e que, conseqüentemente, auxilia no desenvolvimento de alternativas para a transformação de conflitos e construção da paz.

Palavras chave: Etnografia, Estudos para a Paz, Metodologia de pesquisa

Abstract

Ethnography is a qualitative research methodology that has a descriptive and interpretive character. It is understood that this methodological tool provides alternative strategies for understanding social reality. This more open and flexible methodology becomes an option for Peace Studies, whose immersion in the local socio-cultural dynamics is fundamental for the treatment of conflicts and peacebuilding. Therefore, the objective of this article is to identify the main methodological challenges of using ethnography in Peace Studies. For this, it is necessary, first, to describe the ethnographic research methodology, then to verify its contributions to Peace Studies and, finally, to analyze the challenges of its applicability within this field. This work will provide a theoretical framework to assist researchers and peacebuilders in the instrumentalization of ethnography in peacebuilding initiatives. Therefore, a qualitative and interdisciplinary research is carried out, based

on bibliographic analysis and literature review, to understand the state of the art of the methodology and its application in Peace Studies. It is assumed that ethnography, although presenting difficulties, is an efficient tool for understanding social realities and, consequently, helps in the development of alternatives for the treatment of conflicts and peacebuilding.

Keywords: Ethnography, Peace Studies, Research Methodology

Resumen

La etnografía es una metodología de investigación cualitativa que tiene un carácter descriptivo e interpretativo. Se entiende que esta herramienta metodológica proporciona estrategias alternativas para comprender la realidad social. Esta metodología más abierta y flexible se convierte en una opción para los Estudios para la Paz, cuya inmersión en la dinámica sociocultural local es fundamental para el tratamiento de conflictos y la construcción de la paz. Por lo tanto, el objetivo de este artículo es identificar los principales desafíos metodológicos del uso de la etnografía en los Estudios para la Paz. Para esto, es necesario, primero, describir la metodología de investigación etnográfica para, en seguida, verificar sus contribuciones en los Estudios para la Paz y, finalmente, analizar los desafíos de su aplicabilidad en este campo. Este trabajo proporcionará un marco teórico para ayudar a los investigadores y peacebuilders en la instrumentación de la etnografía en iniciativas destinadas a construir la paz. Así, se lleva a cabo una investigación cualitativa e interdisciplinaria, basada en el análisis bibliográfico y la revisión de la literatura, para comprender el estado del arte de la metodología y su aplicación en los Estudios para la Paz. Se supone, entonces, que la etnografía, aunque presenta dificultades, es una herramienta eficiente para comprender las realidades sociales y, en consecuencia, ayuda en el desarrollo de alternativas para el tratamiento de conflictos y la construcción de la paz.

Palabras clave: Etnografía, Estudios para la paz, Metodología de la investigación

1. Introdução

A metodologia de pesquisa etnográfica é uma metodologia derivada das Ciências Sociais que parte de uma abordagem qualitativa e de caráter exploratório. Nesse sentido, a etnografia possui uma lógica descritiva e interpretativa que busca capturar as sutilezas e complexidades da vida social humana, de suas expressões culturais e das construções de significados, resgatando dados ignorados ou marginalizados por outros métodos científicos de cunho quantitativo. Para além da descrição e interpretação dos dados produzidos, a etnografia requer participação e observação, ou seja, o envolvimento direto de pesquisadores é parte do processo de pesquisa, diferentemente da concepção de ciência neutra dos métodos positivistas (Naidoo, 2012; Bray, 2008).

Embora tenha sido desenvolvida na Antropologia, a etnografia ultrapassa as fronteiras disciplinares e é utilizada por pesquisadores de diferentes campos do conhecimento – como Ciência Política, Ciências Sociais, Relações Internacionais (Gusterson, 2008) e Estudos para a Paz (Millar, 2014). Além disso, instrumentos de pesquisa de uso geral, tais como questionários e entrevistas, podem ser combinados com a pesquisa etnográfica. Logo, é necessário ressaltar suas principais características e identificar os principais elementos de preocupação metodológica.

Dentre os principais elementos metodológicos que constituem a etnografia estão o acesso ao campo/local de pesquisa, as entrevistas, a observação participante, a escrita etnográfica e a ética (Gusterson, 2008). Naidoo (2012: 03) entende que “responsabilidade ética”, captura o aspecto humanista e sugere que os pesquisadores têm a responsabilidade de contribuir com a transformação de contextos

sociais marcados pela opressão e pela desigualdade.

Nessa perspectiva, a etnografia ganha uma configuração crítica que permite que pesquisadores investiguem, descrevam e analisem estruturas de poder e proponham alternativas práticas para os problemas identificados ao longo da pesquisa (Naidoo, 2012). Essa configuração da etnografia crítica possui implicações epistemológicas e políticas que são compatíveis com o compromisso normativo dos Estudos para a Paz (EPP) em buscar a transformação social e a promoção da paz, rompendo com a distinção entre prática e teoria. É ponto essencial deste compromisso superar a noção de neutralidade da ciência a partir da concepção de que os EPP são “socialmente produtivos” (Pureza & Cravo, 2005; Galtung, 1964 e 1969; Morin, 2000). Assim, o caráter “prospectivo” e “prescritivo” da teoria em relação à prática baseia-se numa ética social que pode ser refletida através da analogia feita por Galtung (1996) de que, assim como a investigação médica se opõe à doença e por isso sua orientação ética reflete na busca da cura, os EPP se opõem às violências e por isso são eticamente orientados para a paz (Pureza & Cravo, 2005: 08).

A busca pela emancipação social é um dos principais aspectos dos EPP, mas o relacionamento e as trocas de experiências entre pesquisadores e demais sujeitos envolvidos na construção do estudo, bem como o processo de imersão cultural, devem ser tratados como aspectos fundamentais desse campo e que estão presentes na metodologia de pesquisa etnográfica (Maschietto, Nobre & Nogueira, 2019; Maschietto, 2015). Diferentemente das metodologias quantitativas e das metodologias qualitativas com nível de análise nacional, percebe-se que a metodologia de pesquisa etnográfica permite identificar “as discrepâncias entre as expectativas

internacionais e as experiências locais de construção da paz”, habilitando pesquisadores a “explorar e explicar essas discrepâncias se elas forem descobertas” (Millar, 2014: 04). Essa metodologia permite ainda a compreensão de processos de construção da paz, bem como a avaliação desse tipo de intervenção.

2. Metodologia

A etnografia se apresenta como uma metodologia de aplicabilidade coerente com os Estudos para a Paz, pois auxilia na compreensão de realidades sociais afetadas por conflitos e violências, assim como possibilita a identificação de estratégias eficientes para a transformação social a partir das necessidades e particularidades do próprio local. Nesse caso, o presente texto busca contribuir com uma literatura relativamente nova que trata de metodologias de pesquisa na área dos Estudos para a Paz, apresentando um arcabouço teórico que pode auxiliar pesquisadores e construtores da paz (*peacebuilders*) na utilização da metodologia etnográfica para investigar dinâmicas de paz e segurança, bem como para desenvolver ou aprimorar abordagens de transformação de conflitos e de construção da paz. Porém, *quais são os principais desafios metodológicos da instrumentalização da etnografia nas pesquisas pertinentes ao campo*

dos EPP? A partir dessa problemática, outros questionamentos surgem, como: Esses desafios são inerentes à metodologia? Ou os EPP proporcionam desafios particulares para a utilização da etnografia?

Assim, o objetivo deste artigo é *identificar os principais desafios metodológicos da etnografia no desenvolvimento teórico e prático dos EPP*. Isto posto, delimitam-se três objetivos complementares que dão origem às três seções basilares deste texto:

I. A metodologia de pesquisa etnográfica – cujo objetivo é descrever a etnografia, seus fundamentos, abordagens e procedimentos de pesquisa;

II. Etnografia nos Estudos para a Paz – que tratará de compreender o papel da etnografia e suas principais contribuições para os EPP;

III. Desafios metodológicos da etnografia nos Estudos para a Paz – onde serão analisados os desafios metodológicos de aplicação da etnografia nas agendas de pesquisa dos EPP.

O trabalho, portanto, parte de uma abordagem metodológica qualitativa e interdisciplinar, baseada em objetivos descritivos e exploratórios, e instrumentalizada pela pesquisa bibliográfica que consistirá no procedimento basilar para a construção da

pesquisa. Ademais, tendo em vista o caráter descritivo e interpretativo da metodologia etnográfica, a *premissa maior* é de que essa estratégia de pesquisa permite maior contextualização do objeto/sujeito de estudo e, conseqüentemente, possibilita o desenvolvimento de abordagens elicitivas¹ para a transformação de conflitos². A *premissa específica* é de que a etnografia pode ser tratada como uma estratégia/instrumento de pesquisa coerente com os EPP, mesmo enfrentando alguns obstáculos metodológicos.

3. A metodologia de pesquisa etnográfica

Historicamente, o ser humano se mostrou sempre curioso em relação às outras culturas, procurando descrevê-las e gerar reflexões sobre a humanidade e as sociedades. Essas práticas se fortaleceram no período da Renascença, por causa das profundas transformações sociais e tecnológicas e, conseqüentemente, das grandes navegações e explorações sustentadas pelo projeto colonial-moderno de dominação das subjetividades e espacialidades não-ocidentais. A partir do século XVI, o estudo das culturas exigiu uma produção de dados mais sistemática, embora as primeiras expedições registradas como “científicas” tenham sido realizadas apenas em meados do século XVIII,

atreladas à exploração das riquezas naturais no mundo colonizado e à consolidação dos empreendimentos imperiais. Muitas instruções para este tipo de empreendimento foram elaboradas ao longo do tempo, um dos mais influentes conjuntos de instruções remete ao filósofo francês Joseph-Marie Degérando (1772-1842), que considerava que “exploradores devem se tornar viajantes filosóficos que usam métodos científicos para conhecer outras pessoas” (Robben & Sluka, 2007: 30; Darwin, 2018).

Degérando propagou a necessidade de estudos etnográficos sistemáticos, influenciando muitas gerações de antropólogos, incluindo Franz Boas (1858-1942) e Bronislaw Malinowski (1884-1942), considerados pais do trabalho de campo moderno. Boas foi um antropólogo teuto-estadunidense, fundador do Departamento de Antropologia da *Clark University* (Worcester, MA), que adotou como métodos de pesquisa a análise indutiva e o trabalho de campo etnográfico. No entanto, as principais preocupações de Boas não eram metodológicas, mas sim epistemológicas, pois não tratou de descrever seus métodos, mas abordou o objeto e natureza da produção de dados, tirando as seguintes conclusões: “(1) os fenômenos sociais e culturais são causa e efeito em um processo dinâmico de mudança

¹ Neologismo para *Elicitive Training*, abordagem para a transformação de conflitos que subverte a lógica *top-down* dos modelos tradicionais de resolução de conflitos. O intuito dessa abordagem é compreender as necessidades e os interesses locais, fundamentando o desenvolvimento de estratégias para a transformação da realidade social e para a construção da paz local (Lederach, 1995).

² A compreensão sobre o “conflito” da qual parte esta pesquisa subverte a lógica de utilização desse termo nos estudos tradicionais de segurança, embora compartilhe a noção de que o conflito é inerente à natureza humana. A perspectiva aqui adotada não se restringe a uma conotação negativa de relacionamentos assimétricos de poder ou mera geração de violência direta, pois há uma dimensão positiva que aborda o conflito como uma oportunidade de aprendizado e de transformação social (Rosenberg, 2006; Pelizzoli, 2010; Lederach, 2014).

contínua, (2) os indivíduos moldam e são moldados por seu ambiente social e (3) maiores conclusões antropológicas devem ser alcançadas por meio da indução” (Robben & Sluka, 2007: 31; Boas, 1932 e 1920). Já o polonês Malinowski buscou contribuir com a metodologia de investigação etnográfica, especialmente através do delineamento de leis e regularidades – formuladas indutivamente através da observação –, da constituição social e do “esqueleto firme” dos fenômenos culturais – partindo de uma abordagem holística, cuja descrição não é suficiente e a observação faz-se fundamental para capturar aspectos não-mensuráveis da realidade social (Robben & Sluka, 2007: 31). Dessa forma, Malinowski adota a observação participante como método para captar a perspectiva interna das culturas estudadas (Malinowski, 2005, 1989 e 1984).

Esses autores foram, e em certa medida ainda são, referências para as práticas tradicionais do fazer etnográfico. Não obstante, eles também representam uma lógica de produção de conhecimento atravessada pela tensão dos discursos coloniais, que remonta as narrativas hegemônicas de universalização e naturalização da cultura ocidental – considerada o parâmetro para a construção das representações da vida política moderna. Ou seja, a construção da representação do “Outro” por meio dessas abordagens antropológicas é caracterizada por uma perspectiva relacional de diferenciação entre observador/a e observado/a, entre sujeito e mero objeto de estudo ou, mais precisamente, entre a subjetividade moderna e a subjetividade primitiva. Assim, por um lado, produz-se a imagem de um mundo desenvolvido, habitado por indivíduos civilizados; enquanto, por outro lado, há um mundo primitivo, atrasado, habitado por selvagens e que, conseqüentemente, deve ser subordinado ao poder imperial. Portanto, esse tipo de etnografia era considerado uma

“salvação” das culturas que estavam prestes a serem assimiladas pela vida política moderna; um registro ou tradução culturalmente hierarquizada do mundo colonizado, em termos étnico-racial, sexual e de gênero (Rappaport, 2014; Helliwell, Hindess, 2013; Goh, 2007; Clair, 2003; Jahn, 1999).

Para uma reflexão crítica, Pels e Salemink (1994) introduz cinco teses que exploram o papel da etnografia em práticas coloniais e neocoloniais. A primeira delas diz respeito à concepção de uma disciplina clássica, baseada no profissionalismo dos etnógrafos e de seus métodos, isto é, a construção de estereótipos e caricaturas de povos nativos do mundo não-ocidental eram feitas por agentes tidos como autoridades no campo, obscurecendo a história e legitimando um conjunto de políticas pautadas na “superioridade” do colonizador, como foi o caso da presença europeia na África e na América Latina. Isso nos leva à segunda tese, na qual essa “autoridade acadêmica” faz o diagnóstico dos problemas locais e propõe soluções que tendem a domesticar os nativos. Já a terceira tese associa a possibilidade de administração colonial ao processo de homogeneização das sociedades “primitivas”, incluindo sua população e suas instituições; por exemplo, ao classificar os nativos como “selvagens” é possível justificar a dominação para incorporá-los na vida política moderna, bem como o extermínio caso haja resistência. O sistema de classificação nos remete à quarta tese, que traz uma reflexão sobre as representações reificadas pela escrita etnográfica, pretensamente vinculada à observação objetiva dos etnógrafos sobre a realidade material e que, conseqüentemente, são concebidas como conhecimentos a serem transmitidos como legítimos. A quinta e última tese reivindica o foco nos interesses por trás das representações etnográficas, para além da

disputa sobre a definição delas como verdadeiras ou falsas; ou seja, o foco é compreender como estas representações incentivam a colonização (Pels & Saleminck, 1994).

Por essas razões, importa destacar um conjunto de rupturas ou “viradas” na pesquisa etnográfica que vêm ocorrendo desde as décadas de 1970/80, com o intuito de incorporar críticas anticoloniais, abordagens reflexivistas e estratégias analíticas colaborativas. Essas rupturas, que ocorrem na esteira dos movimentos de independência e descolonização, correspondem às crises de representação – ou ainda de legitimidade – no fazer etnográfico, reivindicando novas percepções do “campo” e do trabalho sobre ele, bem como novas formas de participação na construção do saber antropológico, que incorporem os saberes dos interlocutores, referentes e públicos. Algumas abordagens que surgem desse contexto são: a etnografia experimental, que parte de uma lógica pós-moderna e dialógica para, respectivamente, desconstruir as práticas convencionais de representação e construir um relato baseado nas experiências; e a antropologia da libertação, que reivindica a autorreferencialidade do relato da experiência, abrindo o trabalho de campo para o ativismo político fundamentado na descolonização do processo de produção de conhecimento³ (Dietz & Cortés, 2015).

Para Bray (2008: 299), “a etnografia está no centro dos métodos qualitativos nas ciências sociais”, mas isso não exclui a utilização de métodos quantitativos no mesmo plano de pesquisa, tendo em vista que as pesquisas qualitativas e quantitativas buscam responder tipos diferentes de pergunta – respectivamente, “porquê, como” e “que, quando, onde” –, ou seja, é possível utilizar técnicas que promovam a complementaridade entre os métodos.

Por metodologia compreende-se o estudo dos caminhos e estratégias utilizados numa pesquisa com o intuito de produzir conhecimento científico, enquanto o método refere-se especificamente aos caminhos e estratégias para obtenção desse tipo de conhecimento (Gerhardt & Silveira, 2009). Em suma, os métodos se referem aos procedimentos para a produção de dados, enquanto a metodologia busca resolver questões epistemológicas e teóricas através dos métodos (Bray, 2008). Assim sendo, a etnografia remete tanto a “uma metodologia qualitativa que se presta ao estudo das crenças, interações sociais e comportamentos de pequenas sociedades, envolvendo participação e observação ao longo do tempo, e a interpretação dos dados [produzidos]”, quanto a um método científico específico para gravar e analisar dados em trabalhos de campo⁴ (Naidoo, 2012: 01; Bray, 2008). Gusterson (2008) alerta que a palavra “etnografia”

³ Nesse sentido, a observação participante pode ser percebida como uma participação militante ou ativista, orientada pela intervenção sociológica e investigação-ação participativa – a serem abordadas nas próximas páginas.

⁴ Nota e diário de campo são algumas das técnicas para gravar e analisar informações durante o trabalho de campo.

também é empregada para denominar o produto final da pesquisa: o texto etnográfico⁵.

Em síntese, de acordo com Brewer (2000: 17-19), há a “etnografia maior”, referindo-se à metodologia de pesquisa, isto é, a uma visão sobre o processo de pesquisa, e há a “etnografia menor”⁶, referindo-se ao método, ao trabalho de campo, ao fazer etnográfico. Nesse sentido, conforme Porta e Keating (2008), a etnografia maior é constituída por um conjunto de abordagens que dão a fundação e orientação teórico-epistemológica para a instrumentalização dos métodos:

‘Abordagens’ é um termo geral, mais amplo que teoria ou metodologia. Inclui epistemologia ou questões sobre a teoria do conhecimento; os propósitos da pesquisa, seja compreensão, explicação ou avaliação normativa; e as ‘meta-teorias’ dentro das quais teorias particulares estão localizadas. Aceita pressupostos básicos sobre o comportamento humano; quer a unidade de análise seja o indivíduo ou o grupo social; e sobre o papel das ideias e interesses (Porta & Keating, 2008: 01).

Dentre as principais abordagens que constituem a pesquisa etnográfica clássica estão as abordagens naturalística e holística. Na primeira abordagem considera-se que a realidade não se separa da experiência humana, por isso, a etnografia busca generalizações descritivas e interpretações explanatórias para capturar as experiências de uma determinada

sociedade, associando a observação objetiva e a interpretação subjetiva. Por outro lado, a abordagem holística permite que pesquisadores compreendam o fenômeno a partir de sua relação com o contexto em que ocorre, incluindo uma variedade de dinâmicas sociais e significados culturais que evidenciam a amplitude do objeto de pesquisa. Isto é, o fenômeno é parte constituinte do “todo”, não podendo ser analisado de forma isolada (Bray, 2008; Whitehead, 2004). Entretanto, para compreender a aplicabilidade e os desafios da etnografia nos EPP faz-se mister nos debruçarmos sobre abordagens metodológicas críticas que sejam compatíveis com o modelo elicitivo de transformação de conflitos, baseado na imersão sociocultural como forma de identificar a origem das violências e de construir estratégias que modifiquem essa realidade. Consequentemente, considera-se que o papel do ator externo/internacional nesse cenário não é de impor soluções prescritivas e padronizadas ou de transferir conhecimento especializado, mas sim de facilitar o desenvolvimento de abordagens fundamentadas em aspectos específicos da realidade local, reconhecendo os conhecimentos e as agências dos atores locais em iniciativas de construção da paz (Lederach, 2005 e 1995; Freire, 1974).

Nesse sentido, a flexibilidade e a inconstância do contexto sociocultural pressupõem que, tanto no fazer etnográfico quanto na construção estratégica da paz, a

⁵ No entanto, deve-se ressaltar que a etnografia não pode ser simplesmente reduzida à metodologia, método ou texto, pois deve ser considerada como uma forma de produção de conhecimento que envolve não só esses três elementos como também outros – de cunho ético, político e epistemológico.

⁶ *Big ethnography e little ethnography.*

intuição⁷ e a criatividade podem ser elementos úteis para estabelecer relacionamentos empáticos e contornar regras, técnicas e procedimentos sistemáticos que não se adequam ao recorte espacial e temporal específico, isto é, não se adequam à realidade prática em que pesquisadores e/ou agentes de construção da paz estão inseridos (Lederach, 2005).

As abordagens etnográficas adotadas pelos pesquisadores exigem abertura teórica e autorreflexão. A abertura teórica significa afastar-se de “conceitos definitivos” e de expectativas em relação ao objeto de estudo, pois o empreendimento da pesquisa etnográfica embasada em ideias pré-concebidas pode levar os pesquisadores a desconsiderar mecanismos sociais importantes para a compreensão da realidade local. Já a autorreflexão é necessária para que pesquisadores percebam aspectos ideacionais e culturais próprios – isto é, identifiquem seus próprios valores para que consigam lidar com as contradições que surgem do diálogo entre pesquisadores e interlocutores que participam da investigação, levando em consideração as dinâmicas de distanciamento e identificação. Trata-se do reconhecimento dos caracteres dialético, intersubjetivo e intercultural do fazer etnográfico, que exigem uma abordagem reflexivista e um posicionamento explícito dos atores envolvidos, gerando “um processo contínuo e recíproco de crítica e autocrítica entre ambas as partes” (Dietz, 2012: 166; Dietz, 2011; Naidoo, 2012).

Assim, os pesquisadores se tornam uma espécie de variável por causa de sua constante presença no campo de trabalho, no processo de produção de dados e nas análises, por considerar que seu envolvimento com o contexto e os sujeitos do estudo podem influenciar nos resultados da pesquisa. Por isso, Zoe Bray (2008: 303-305) divide o processo de pesquisa etnográfica em três etapas: (i) *formulação da pesquisa*, aqui se encontra o tema da pesquisa e a identificação do objeto de estudo, além da busca por “conceitos sensibilizantes” que indicam o direcionamento da pesquisa; (ii) *produção de dados*⁸, fase em que os métodos são instrumentalizados para obtenção do máximo de informações possíveis sobre o objeto de estudo – importa destacar que essa não é um processo objetivo de mera coleta de dados, pois depende da seleção e interpretação das informações consideradas “relevantes” para a pesquisa; e, por fim, (iii) *escrita e análise*, nessa fase os registros de campo são explorados e analisados, produzindo reflexões e novos questionamentos acerca dos resultados da pesquisa. Caso os etnógrafos não sejam nativos ou pertencentes ao grupo coprodutor da pesquisa, reitera-se que a formulação e condução dessas etapas devem estar pautadas em perspectivas críticas à hierarquização entre pesquisadores e sujeitos locais; isto é, devem ter como base dinâmicas de relacionamento horizontal, cujas formas nativas de conhecimento são fundamentais para a construção e para o resultado final da etnografia.

⁷ Aqui, a intuição é compreendida como um processo cognitivo que orienta o processo de tomada de decisão dos indivíduos em ações práticas, tendo como critério suas capacidades, habilidades e experiências prévias.

⁸ É nessa etapa que os pesquisadores realizam uma intensa imersão cultural, expondo-se a uma variedade de situações. Recomenda-se intervalos regulares para gerar reflexões eficientes sobre o objeto de estudo.

A primeira etapa se refere ao desenho de pesquisa etnográfico. O “desenho de pesquisa” remete à busca por “alcançar maior precisão na mensuração dos fenômenos sociais e comportamentais”, além de ser “uma tentativa de fortalecer as ciências sociais por meio de pesquisas objetivas” (Krausz & Miller, 1974: ix *apud* Brewer, 2000: 57). Embora seja uma expressão comumente usada para abordar pesquisas quantitativas (e, de forma geral, positivistas), o desenho de pesquisa também é uma preocupação para pesquisadores engajados com a produção de conhecimentos. Aqui, afastada as ideias de objetividade e neutralidade, os pesquisadores passam a se preparar para a realização da investigação, definindo os objetivos, a forma de executar o campo de trabalho, o levantamento dos recursos, dos métodos, e estabelecimento de seu papel *in loco*, bem como as estratégias de análise a serem adotadas (Brewer, 2000; Schensul & LeCompte, 2013a).

Em relação à segunda etapa, os métodos adotados para a produção de dados que comumente são associados à metodologia etnográfica remetem à observação participante e às entrevistas. A observação participante foi desenvolvida por antropólogos e é considerada a principal técnica para a produção de dados na etnografia, mas não há um formato padrão a ser utilizado. Configura-se, dessa forma, como um método plural e flexível que, por exemplo, pode ser implementado através de imersões regulares e formais ou através de uma imersão contínua; estratégia a ser definida de acordo com a experiência dos pesquisadores em realizar trabalho de campo, e de acordo com a influência de suas próprias escolhas e de eventos locais no itinerário de pesquisa (Angrosino, 2007; Bray, 2008)

Podemos apontar três vantagens da observação participante. A primeira vantagem diz respeito à possibilidade de construção de

relacionamentos de confiança com os sujeitos da pesquisa, que pode influenciar na qualidade e densidade dos dados produzidos. A segunda remete ao caráter positivo de trabalhar diretamente com as fontes primárias de informação, dando aos pesquisadores a compreensão das temáticas, problemáticas e informações consideradas relevantes pelas comunidades locais; que, por sua vez, também influenciam no processo de interpretação e descrição (Gusterson, 2008). Por fim, a observação participante dá aos pesquisadores a oportunidade de explorar as diferenças e similaridades entre os relatos formais e a realidade prática, cotidiana, ou seja, essa técnica permite comparar aquilo que é visibilizado e invisibilizado no cenário analisado.

O papel dos pesquisadores como agentes ativos no contexto cultural no qual estão inseridos é encontrar justamente o que está “escondido”, ou seja, através desse método buscam descobrir aspectos que influenciam no fenômeno estudado, mas que não teriam sido identificados, registrados ou evidenciados anteriormente (Naidoo, 2012). Aqui, o resgate da concepção de investigação-ação exige o reconhecimento das estruturas de poder que atravessam as dinâmicas de interação entre os atores sociais e políticos em diferentes níveis (do local ao global); incluindo a posição dos pesquisadores e demais sujeitos dentro dessas estruturas. A partir disso, deve-se considerar que as agências de pesquisadores e demais envolvidos na construção da pesquisa devem estar alinhadas à criticidade na produção de conhecimento, cujas implicações políticas e epistemológicas envolvem um engajamento ativista para a organização do diálogo e verificação dos resultados – que devem ser coerentes com as lutas, necessidades e interesses locais. É por isso que a participação deve ser ampla, não apenas restrita aos

pesquisadores-observadores, mas também incluindo os atores locais – em especial se a iniciativa for de pesquisadores externos à comunidade (Hale, 2006; Fals Borda & Rahman, 1991).

Quanto às entrevistas, elas são complementares à observação participante e buscam evidenciar o papel dos indivíduos como atores sociais, possibilitando a comparação entre as falas dos entrevistados e a realidade prática do contexto social. Nas entrevistas realizadas para pesquisas etnográficas, o tipo de pergunta é fundamental, pois a ideia é de que o entrevistado se sinta confortável para responder. Por isso, geralmente, são adotadas as técnicas de pergunta aberta discursiva – que permite que os pesquisadores definam as questões relevantes ao decorrer da entrevista – ou pergunta aberta semidireta – que parte de um questionário ou estrutura basilar que guiará a entrevista (Schensul & LeCompte, 2013b; Bray, 2008).

A terceira etapa, como supracitado, está relacionada à escrita e à análise do material empírico, partindo de uma lógica exploratória e autorreflexiva. Nessa etapa, os pesquisadores reavaliam sua posição em relação aos objetos e sujeitos do estudo e buscam interpretar a realidade da sociedade que os cercam. Além disso, é necessário que percebam o momento em que eles/as obtêm uma profunda e estável compreensão sobre tal cultura, a ponto de poder se afastar do trabalho de campo para se dedicar à escrita e análise do material produzido (Schensul & LeCompte, 2010; Bray, 2008). É importante também, na finalização da pesquisa, apresentar os resultados aos sujeitos que participaram da pesquisa, possibilitando a abertura de mais um espaço de diálogo sobre as conclusões e percepções dos pesquisadores acerca da realidade local. Isso também faz parte da ética na pesquisa, porque não trata os participantes simplesmente como objeto, mas

oferece a eles o retorno do trabalho executado, sujeito a críticas e contestações.

Segundo Gusterson (2008), há cinco elementos na etnografia que dão origem às suas principais preocupações metodológicas. Entre elas estão os métodos de entrevista e de observação participante, que foram abordadas ao tratarmos da segunda fase da pesquisa etnográfica, bem como a própria escrita etnográfica referente a terceira fase. No entanto, ainda é necessário compreender como o acesso ao local e a responsabilidade ética dos pesquisadores se configuram como preocupações metodológicas (Hennings, 2017; Williams, 2017).

Ao considerar que a pesquisa etnográfica é essencialmente um trabalho de campo, o acesso ao local torna-se um elemento de grande preocupação metodológica, porque a forma como se dá a entrada dos pesquisadores não pode prejudicar os objetivos da pesquisa, bem como não pode levar insegurança à população local. Vale ressaltar que os “etnógrafos são inevitavelmente marcados no campo por sua raça, classe, gênero, nível educacional, nacionalidade e outras características” (Gusterson, 2008: 96) e isso pode tanto facilitar quanto dificultar esse acesso. Assim como a proximidade ou interferência dos facilitadores dessa entrada também pode influenciar no acesso ao local e no cumprimento dos objetivos (Richmond, Kappler, & Björkdahl, 2015). Toma-se como exemplo a situação na qual o acesso ao local é facilitado pelas forças armadas, condicionando a produção da pesquisa à presença constante de militares – o que pode constranger a participação de outros grupos nativos ou limitar a percepção dos pesquisadores sobre o papel dessas forças no contexto.

Para além disso, numa disciplina como a etnografia, em que a inserção no contexto sociocultural e a consequente interação com o

objeto e os sujeitos do estudo são fundamentais, a ética configura-se como um elemento crucial para o desenvolvimento de uma pesquisa responsável e transparente. O envolvimento direto dos pesquisadores com outros seres humanos e a decorrente preocupação com a ética na pesquisa etnográfica refletem a necessidade de combater práticas que violem ou que facilitem a violação dos direitos humanos (Madison, 2020; Schensul & LeCompte, 2010). Por exemplo, sua responsabilidade ética deve suscitar uma meticulosa gestão das informações pessoais dos entrevistados e informantes para preservar suas identidades e evitar que sejam utilizadas contra eles/as.

A responsabilidade ética, enquanto senso de dever e comprometimento com a liberdade e o bem-estar humano, sugere uma abordagem crítica para a etnografia. Aqui, o criticismo diz respeito à identificação de problemas ao longo da pesquisa e o desenvolvimento de soluções práticas através da própria pesquisa. Isto é, a etnografia crítica vai além da etnografia meramente reflexiva, pois não só providencia a “análise crítica das relações de poder e injustiça que podem existir em uma cultura”, como também “envolve a escrita contra a injustiça e a denúncia dela” (Naidoo, 2012: 03; Williams, 2017). Uma perspectiva etnográfica crítica não possui apenas a responsabilidade ética, mas também envolve a responsabilidade política de lidar com as fronteiras que definem os rumos da investigação, isto é, que estabelecem seus recortes espaciais e temporais, assim como das subjetividades internas e externas (Rappaport, 2015; Dietz & Cortés, 2015); além da responsabilidade política de denunciar estruturas de opressão e violência (Pureza, 2011; Pureza & Cravo,

2005). Percebe-se que a etnografia, especialmente através de um olhar crítico, apresenta-se como uma metodologia compatível com o caráter normativo dos Estudos para a Paz, que busca a transformação social e a construção da cultura de paz (Pureza & Cravo, 2005).

A partir da descrição da metodologia de pesquisa etnográfica, assim como de seus principais elementos, abordagens, métodos e procedimentos, foi possível destacar algumas características que convergem com a agenda de pesquisa dos Estudos para a Paz, como a responsabilidade ética dos pesquisadores em trabalhos de campo, o reconhecimento da agência dos atores locais na produção de conhecimento e o teor crítico da investigação. Por isso, a seção subsequente será dedicada à compreensão do papel da etnografia no campo dos Estudos para a Paz, na tentativa de evidenciar a premissa de que essa metodologia auxilia no desenvolvimento de abordagens elicitivas para a transformação de conflitos através de uma contextualização eficiente da realidade social local.

4. Etnografia nos Estudos para a Paz

Ao partir de uma lógica galtuniana de EPP, evidencia-se que a busca por uma “boa teoria social” gerou duas rupturas que a tornaram uma das principais abordagens críticas das Relações Internacionais ou, ainda, uma disciplina à parte com características específicas⁹. Primeiramente, ocorre uma ruptura metodológica, deslocando os EPP de uma orientação positivista para uma orientação pós-positivista. Em seguida, ocorre uma ruptura mais substancial, ao centralizar nas

⁹ Para compreender a formação dos EPP enquanto campo disciplinar autônomo, ver: Ferreira, Maschietto e Kuhlmann (2019).

análises o conceito de paz positiva¹⁰ e a identificação das violências estruturais ou latentes¹¹ (Pureza, 2011). Importa ressaltar que a virada metodológica está fundamentada, inicialmente, em seu compromisso normativo com as transformações sociais, superando as abordagens empiristas positivistas que marginalizam os valores – inclusive assumindo a não neutralidade dos pesquisadores. Nos EPP, em contrapartida, sugere-se uma concepção de “ciência trilateral” que converge teorias, dados e valores (Galtung 1972). A distinção entre o empirismo nos EPP e nas abordagens dominantes é fundamental para, também, distinguir as fundações teóricas e metodológicas que orientam os projetos, programas e demais iniciativas de construção da paz (Lottholz, 2017; Galtung, 1985).

Essas rupturas transformaram a agenda de pesquisa dos EPP, outrora marcada por questões em torno da paz negativa. A pesquisa para a paz foi reestruturada para dar ênfase nas questões de paz positiva, além de ter seu caráter valorativo reconhecido. O pacto político com a erradicação da violência faz com que a agenda de pesquisa seja ampliada com o objetivo de incorporar novos objetos de estudos e, por conseguinte, novas dinâmicas de violência e paz. Ressalta-se ainda que essa agenda se opõe epistemológica e

ontologicamente ao caráter ortodoxo e racionalista das abordagens tradicionais das Relações Internacionais.

Por conseguinte, o campo dos Estudos para a Paz possui uma orientação transdisciplinar, ou seja, os EPP são associados a outros campos de conhecimento para que sejam desenvolvidas diferentes estratégias de construção da paz, embora a finalidade de transformar as realidades sociais através da busca por erradicar a violência preserve a sua autonomia disciplinar. Portanto, os EPP não buscam somente compreender fenômenos de violência e paz, mas também auxiliar no desenvolvimento de planos de ação para a construção da paz. É nesse sentido que a metodologia de pesquisa etnográfica pode ser compatível com a agenda de pesquisa dos Estudos para a Paz, realçando a importância dos indivíduos e de suas realidades socioculturais para o desenvolvimento de abordagens práticas para a construção da paz (Maschietto, Nobre & Nogueira, 2019).

A etnografia, no entanto, possui estágios de desenvolvimento associados a diversas formas de violência (étnica, racial, sexual, de gênero, classe, etc.), como apresentado na seção anterior. Há, inclusive, um histórico de influência estatal e militar em trabalhos etnográficos, seja pelo ato de cooptar

¹⁰ A paz positiva surge como uma alternativa que transcende a paz negativa. Considerando que o termo “paz negativa” está relacionado à ausência de violência, enquanto o termo “paz positiva” está relacionado ao preenchimento dessa ausência com elementos que proporcionem uma base sólida para o desenvolvimento de relações de confiança numa dada sociedade (Webel & Galtung, 2007).

¹¹ O conceito de violência estrutural está no centro dessa ruptura e possibilitou a ampliação e radicalização da pesquisa para a paz, definindo o conceito como a frustração das potencialidades de realização humana provocada por estruturas de poder, desigualdade e opressão. Em 1971, Galtung publica o trabalho *A structural theory of imperialism*, que discorre sobre a subversão das estruturas de violência no cenário internacional como forma de alcançar a paz positiva. A concepção de paz positiva é ampliada com o texto *Cultural Violence* (1990), também de Galtung, no qual o autor aborda elementos culturais como fontes de legitimação das violências estruturais e diretas (Pureza, 2011; Galtung, 1990, 1971).

antropólogos para o servir ao governo, seja pela inserção de agentes no meio acadêmico, como foi o caso do tenente-coronel australiano David Kilcullen, que recorreu a abordagens antropológicas para produzir sua tese de doutorado sobre movimentos insurgentes na Indonésia – rendendo-lhe, posteriormente, posições de destaque na produção de conhecimento e estratégias de contrainsurgência para governos nacionais (Leirner, 2009; Jiménez-Ocampo, 2008; Kilcullen, 2000; Rapport & Overing, 2000; Suzuki, 1981). Nesse sentido, faz-se necessário questionar o uso da etnografia em cenários de guerra e conflito, para que a investigação não justifique ou venha a legitimar formas de violência direta, estrutural ou cultural – ao invés de denunciá-las.

Para Millar (2014), a etnografia captura conceitos teóricos e experiências práticas complexas, tanto de violência como de paz, e que são influenciadas por variáveis culturais. Para tanto, a aplicação dessa metodologia nos EPP segue uma lógica avaliativa das experiências locais em processos de construção da paz; por isso, o autor apresenta quatro pilares para uma abordagem etnográfica nesses contextos. O primeiro pilar traz uma perspectiva de (I) *construção de paz como processo experiencial*; já o segundo pilar revela a importância da (II) *preparação etnográfica*; enquanto o terceiro pilar se refere ao (III) *engajamento local*; e o quarto e último dá ênfase na (IV) *avaliação das próprias premissas implícitas*.

O primeiro pilar, que parte de uma perspectiva experiencial dos processos de construção da paz, tem por objetivo compreender “como” as populações locais experienciam as intervenções internacionais e “porquê” elas experienciaram de tal forma. Esse pilar se contrapõe as principais tendências de avaliação dos processos de construção da

paz, sendo elas relacionadas as pesquisas quantitativas que reduzem fenômenos complexos a simples números, as pesquisas qualitativas com análises superficiais de dados nacionais e os estudos de caso baseados em dados produzidos junto às elites locais (geralmente ligadas ao governo) (Millar, 2014 e 2018; Lottholz, 2017).

Essas tendências também costumam partir de uma ótica institucional, corroborando com as concepções de “justiça”, “reconciliação”, “paz” adotadas pelas instituições responsáveis pelo processo, o que marginaliza as percepções locais desses conceitos. Identificar como as populações locais compreendem esses conceitos e como as experienciam é fundamental para avaliar o sucesso ou falha na implementação de projetos de construção da paz (Lederach, 1995; Freire, 1974), até mesmo para aumentar o arcabouço do pensamento e das cosmovisões sobre as diversas pazes (Musiera, 2015; Dietrich, 2012; Muñoz, 2001).

Embora o primeiro pilar proporcione ampla compreensão sobre o “como”, o “porquê” não pode ser totalmente compreendido por essa perspectiva. Por isso, a preparação etnográfica, referente ao segundo pilar, é indispensável para avaliações precisas desses projetos. Esse pilar aborda a imersão dos etnógrafos na realidade sociocultural estudada e sua busca por adquirir “conhecimento etnográfico” através da interação com os sujeitos coprodutores do estudo. Dessa forma, esse conhecimento auxilia a compreender e interpretar os dados produzidos a partir da ótica local, isto é, partindo da contextualização das experiências locais em suas próprias realidades socioculturais (Maschietto, 2015; Millar, 2018).

No terceiro pilar, a necessidade do engajamento local no processo de produção

etnográfica é discutida, reivindicando espaço não só para as experiências das elites urbanas locais, dos administradores de projetos de construção da paz ou dos falantes da mesma língua dos etnógrafos, mas também daqueles que foram “beneficiários” ou “público-alvo” desses projetos. Não numa lógica assistencialista, mas numa lógica em que experiências heterogêneas e divergentes são fundamentais para a avaliação da efetividade desses projetos (Millar, 2014). Não obstante, como se identifica os indivíduos que representam o “local”? Que se entende por “local”? Que perspectiva é coerente na compreensão de conceitos como “experiências locais” e “engajamento local”?

A definição de local é amplamente discutida na literatura de EPP, em especial pela denominada “virada local” nos estudos sobre construção da paz, influenciando teóricos e práticos, quer sejam “localistas normativos” ou “liberais formuladores de política” – enquanto os primeiros reconhecem a mobilização e legitimidade dos aspectos locais na construção da paz, os segundos atuam a partir de prescrições universais pautadas pela agência de atores externos/internacionais (Hughes, Öjendal & Schierenbeck, 2015: 817). Embora seja um conceito flexível, o termo “local” é definido em sua relação com o nacional e com o global. Isto é, há uma interação entre as camadas de análise política, de influência mútua e relativa entre os diferentes níveis. Nesse sentido, a literatura de EPP busca providenciar abordagens que capturem a perspectiva local dos processos de construção da paz.

Para Schierenbeck (2015), no entanto, há três perspectivas na definição do “local”, referindo-se a (i) um conjunto de instituições de governança local; a (ii) agência ou empreendimento de ações dos atores locais; e também a uma perspectiva de (iii) local como

processo, não como algo estático ou limitado ao aspecto material. Há por trás dessa terceira perspectiva uma necessidade de contextualização espaço-temporal do local e de como se dá a interação com outros níveis, a exemplo do internacional.

Millar (2014: 82), não obstante, apresenta uma definição específica de local que busca servir aos propósitos da investigação etnográfica:

Para os propósitos da abordagem etnográfica, o "local" deve ser especificamente definido para cada tarefa da avaliação. A definição é, portanto, dependente dos "beneficiários" definidos dos projetos específicos de construção da paz e variará de projeto para projeto. Se estivermos avaliando as experiências locais de um projeto destinado a fornecer treinamento a mulheres com menos de 18 anos dentro de uma determinada região, por exemplo, então o "local" nesse caso são as mulheres rurais com menos de 18 anos dentro da região alvo. O "local" é definido pela população específica à qual o próprio projeto alega prover experiências.

De toda forma, a virada local nos EPP reivindica o reconhecimento de canais de representação e defesa dos interesses dos atores locais que, como supracitado, são partes fundamentais do processo de construção da paz (Schierenbeck, 2015). A partir disso, o “engajamento local contribui ainda mais para o potencial emancipatório da construção da paz, em geral, garantindo que uma seleção mais diversa de vozes seja incluída no debate e que um quadro mais preciso dos sucessos e fracassos do passado seja desenvolvido” (Millar, 2014: 97).

Por conseguinte, Schierenbeck (2015) apresenta três lições para acadêmicos, formuladores de políticas e agentes da paz que tratam de projetos locais de construção de paz. A primeira é a lição “aprendida”, na qual a autora reitera a necessidade de reconhecimento da agência dos atores locais, não somente no que diz respeito a formulação de seus próprios conceitos de paz, mas também na identificação das perspectivas desses atores acerca das estruturas de poder e de seu papel no processo de construção de paz. Ou seja, é de fundamental importância que ocorra essa contextualização da localidade, desconstruindo a tendência em “romantizar” a sociedade civil.

Outra questão abordada pela autora nesse contexto é a agência dos atores locais¹² no sentido de evitar relações de subserviência com os atores externos, tentando exprimir suas políticas e práticas, por vezes até criando suas próprias estratégias de construção da paz. Não obstante, em meio a tantos empreendimentos locais, percebe-se a necessidade de empoderar os diversos seguimentos da sociedade, assim valorizando a pluralidade e evitando que apenas as demandas das elites locais sejam atendidas (Schierenbeck, 2015; Richmond, 2010).

A segunda lição é a lição “reaprendida”, que remete ao questionamento do binário local/global. Esse binário limita e não permite a contextualização dos “locais”, tratando-os como um plano homogêneo que, por vezes, pode confundir o “local” com o nacional. Essa perspectiva negligencia a pluralidade de atores e a complexidade de suas atuações. Por sua vez, a terceira lição é a lição “desaprendida”,

referindo-se a como fazer pesquisa sobre o contexto específico de cada “local”. Nesse momento Schierenbeck (2015) aponta duas dificuldades metodológicas para a virada local: a ineficiência em estabelecer um método de análise que realmente compreenda a realidade local e empírica; e o incômodo que os cientistas sociais e interventores têm em trabalhar incorporados ao “local”.

Por fim, o quarto pilar da abordagem etnográfica para a construção da paz. Esse pilar é considerado peculiar, pois, diferentemente dos outros pilares, este está mais voltado a fundamentação teórica da abordagem. Nesse trecho, os avaliadores buscarão questionar e criticar suas premissas implícitas, isto é, suas próprias premissas políticas e culturais, seu lugar de fala, suas origens étnico-raciais, sua sexualidade e identidade de gênero, entre outros aspectos que tracem uma compreensão de sua posição na produção da pesquisa e desenvolvimento do projeto de construção da paz. Aqui, percebe-se “que ideias de justiça, reconciliação ou empoderamento são conceitos secundários”, que dependem da perspectiva sociocultural dos avaliadores (Millar, 2014: 101; Freire, 1974).

Em seguida, Millar (2014) aponta para cinco aspectos do quarto pilar. Primeiro, há o “autoconceito” – que é a perspectiva que cada indivíduo tem de quem ele considera ser, inclui-se aqui suas memórias e experiências – e as “concepções do eu” – que são as concepções coletivas e culturais do “eu” e que influenciam no autoconceito. Segundo, as “concepções do eu” do Ocidente – de onde vem a maior parte dos teóricos e práticos – são diferentes das

¹² Para além de ser capaz de agir, o conceito de agência reivindica o controle e o poder das ações, bem como de seus impactos. Isto é, a agência dos atores locais está ligada a uma noção de resistência às práticas ou estruturas de paz que partem de modelos prescritivos e que são implementados por atores em instâncias superiores (*top-down*) (Hancock, 2017; Richmond & Mitchell, 2011).

concepções não-ocidentais. Logo, há uma lacuna de representatividade que deve se distanciar do essencialismo para que a reflexão sobre a interação entre essas diferentes “concepções do eu” seja possível. Terceiro, ressalta-se que essas concepções influenciam na teorização, planejamento e financiamento de projetos de construção de paz, ou seja, afetam suas práticas. Por exemplo, a relação do “eu” ocidental com a justiça está associada a uma lógica punitiva e individual, o que pode não ser compatível com as concepções de justiça do “eu” não-ocidental; realça-se dessa forma a lacuna de representatividade (Millar, 2014; Macaspac, 2017).

No quarto apontamento, Millar (2014) retorna ao estudo etnográfico realizado por ele em Serra Leoa e destaca as perspectivas serra-leonesas de individualidade e responsabilidade, que são sustentadas por uma “concepção do eu” que se baseia na relação do indivíduo com a comunidade e com os outros indivíduos. Diferentemente do “eu” ocidental, cuja existência não depende de nenhuma outra. Enfim, o quinto ponto revela que os etnógrafos devem avaliar suas próprias premissas, mesmo quando elas forem social e culturalmente diferentes das premissas locais da sociedade a ser analisada, pois essa avaliação interna auxilia na compreensão empática da perspectiva do outro, processo fundamental para o desenvolvimento de projetos de construção da paz e para a verificação de sua efetividade (Millar, 2014; Macaspac, 2017).

Assim, o papel da etnografia nos Estudos para a Paz está entrelaçado às dinâmicas de interação entre atores internos e externos aos processos de construção da paz; além disso, o “local” é reivindicado como um importante espaço a ser considerado nesses processos. Dessa maneira, a etnografia resgata as experiências locais e interpreta suas perspectivas sobre a realidade sociocultural na

qual estão inseridas, favorecendo o desenvolvimento de estratégias coerentes com as necessidades da realidade local, ou seja, gerando transformações compatíveis com o propósito dos EPP.

5. Desafios metodológicos da etnografia nos Estudos para a Paz

Inicialmente, para se identificar os principais desafios metodológicos da etnografia nos EPP, investiga-se os dilemas e preocupações na execução do trabalho de campo em projetos de pesquisa com propósitos emancipatórios. Por conseguinte, verifica-se quais são as preocupações metodológicas mais comuns da pesquisa etnográfica dentro da lógica dos Estudos para a Paz, tratando também dos desafios inerentes a esse modelo de pesquisa.

O trabalho de campo com propósitos emancipatórios apresenta dois dilemas centrais. O primeiro dilema está relacionado à dificuldade de combinar críticas profundas e práxis realísticas. Já o segundo dilema diz respeito às contribuições dos pesquisadores em relação aos objetivos emancipatórios esperados da pesquisa. Ambos os dilemas parecem estar relacionados à preocupação dos pesquisadores críticos e ativistas em promover práticas emancipatórias e não ficar apenas na discussão teórica. Porém, a emancipação é um conceito discutido por perspectivas de diferentes teorias, por exemplo, nas teorias liberais, críticas e pós-estruturais. Contudo, nos EPP geralmente são adotadas abordagens críticas associadas “ao reconhecimento de assimetrias estruturais que restringem a liberdade humana, ‘oprimindo’ grupos específicos de pessoas, enquanto domina outros” (Maschietto, 2015: 168), embora admita-se que compreender a emancipação por uma perspectiva ampla pode ajudar no empreendimento desse tipo de pesquisa. É nesse sentido que a emancipação é

entendida “como a expansão de alternativas para superar a opressão” e não requer que os pesquisadores estejam amarrados “a uma agenda predeterminada que pode ser opressiva em si mesma” (Maschietto, 2015: 177).

Essa dimensão normativa dos EPP apresenta alguns desafios metodológicos, especialmente devido à dificuldade de combinação entre abordagens teóricas e práticas. Destaquemos então dois deles: (a) transdisciplinaridade, necessária na busca por variadas estratégias de construção de paz, embora dificulte o delineamento desse campo de estudos; e (b) dificuldade de acesso ao local, tanto no que se refere ao espaço físico quanto no que diz respeito aos grupos marginalizados que o compõe (Maschietto, Nobre & Nogueira, 2019).

Não obstante, o acesso ao local é uma preocupação inerente à metodologia de pesquisa etnográfica, tendo em vista a impossibilidade de construir uma abordagem padrão que sirva para todo estudo etnográfico, por exemplo, a abordagem utilizada por etnógrafos que estudam famílias de militares estadunidenses provavelmente não servirá para aqueles que realizam trabalho de campo junto à traficantes de crack (Gusterson, 2008). Para fazer uma breve ilustração da dinâmica de acesso ao local, trazemos aqui a experiência de campo do Projeto Universidade em Ação (PUA/UEPB), do qual fazemos parte. No ano de 2012, ao iniciarmos os trabalhos na Escola Municipal de Ensino Fundamental Santa Ângela (João Pessoa/PB, Brasil) com o objetivo de atuar na diminuição da violência e no estabelecimento da paz, conversamos com a gestão da escola e obtivemos sua autorização para observarmos as dinâmicas das crianças ao brincarem nos intervalos (Kuhlmann, Araújo & Rêgo Souza, 2019).

Apenas estando presente no local e observando, já sentíamos que estávamos

interferindo no espaço. Algumas crianças vinham conversar com a gente, e o monitor da escola vinha perguntar se íamos ficar ali, “sem fazer nada”. Continuamos indo à escola, verificando que o espaço de lazer era bem reduzido, uma quadra pequena, murada e coberta, com uma arquibancada, onde os meninos jogavam futebol e as meninas olhavam os celulares. Depois, descobrimos que essa era a lógica da escola, e as meninas acabavam brigando entre si, por não terem como se divertir na quadra, que era monopolizada pelos meninos. Víamos bastante agressividade entre os meninos, no jogo, e com o tempo alguns dos nossos foram convidados a jogar, também.

Isso se repetiu várias vezes, até que um dia fomos verificar uma aula de artes onde o professor maquiava as crianças. Como somos palhaços, tínhamos levado nossas maquiagens, nas cores vermelha, preta e branca. Aí, alguns alunos resolveram “maquiar” a gente, e na verdade lambuzaram nossos rostos todos. Ao final da maquiagem, pegaram em nossas mãos e levaram para as professoras e profissionais da escola verem a obra de arte que tinham feito. Consideramos esse momento como a entrada e a aceitação das crianças de nossa participação. A partir daí, começamos a atuar como palhaços e brincantes na escola, já sabendo das relações de poder, da violência costumeira, das relações com o espaço. Isso nos deu a possibilidade de errarmos menos, mas sempre mantínhamos uma boa relação com as profissionais e com as crianças, ouvindo o que falavam, e o que não falavam.

Como supracitado, outras preocupações metodológicas comuns da etnografia – a serem abordadas mais para frente – remetem à aplicação de entrevistas, à conduta dos pesquisadores durante a observação participante, à escrita e análise e, ainda, às responsabilidades ética e política (Madison,

2020; Richmond, Kappler, & Björkdahl, 2015; Schensul & LeCompte, 2013b e 2010). Então, quais são os desafios e limitações metodológicas da etnografia quando aplicadas em pesquisas dos EPP? Segundo Millar (2014), a avaliação etnográfica de projetos de construção da paz não é uma atividade simples, pois o processo é per si complexo e, tendo em vista que a complexidade desses processos tende a aumentar, a dificuldade de avaliar tais projetos também tende a aumentar. Logo, os pesquisadores devem estar preparados para os desafios do empreendimento etnográfico, divididos pelo autor em três aspectos gerais: (i) desafios físicos; (ii) desafios psicológicos; e (iii) desafios éticos.

Os desafios físicos correspondem aos riscos da etnografia em contextos de conflito ou em estados transacionais de pós-conflito, inserindo os etnógrafos em configurações sociais específicas que podem gerar inseguranças na realização do trabalho de campo. Esses desafios estão associados, entre outros fatores, às questões ambientais – como calor, frio e doença – e aos níveis de desenvolvimento econômico, social e institucional local – ausência de políticas públicas de infraestrutura, segurança, saúde, etc. Diferentemente dos desafios físicos, os desafios psicológicos nesses contextos são mais difíceis de serem identificados, embora ameaças à segurança física possam corroborar com o surgimento ou intensificação de problemas na saúde mental. Vale ressaltar que desafios como esses dificilmente são evitados, o que não impede de serem gerenciados para que não interfiram na condução da pesquisa e da avaliação (Macaspac, 2017; Millar, 2014). Millar (2014), durante o período de trabalho de campo na avaliação etnográfica de projetos de construção de paz em Serra Leoa, contraiu doenças como malária e febre tifoide, passou por privação de sono e por problemas de

insegurança, conseqüentemente, passou por problemas psicológicos que inicialmente afetaram seu trabalho. Logo ele apresenta algumas sugestões de como contornar esses desafios: Buscar informações sobre as localidades por onde passará; conhecer a rede médica e hospitalar local; ter cuidado ao interagir com animais, crianças, água e comida; e não procrastinar em relação à própria saúde.

Esses desafios, não obstante, podem ser encarados de diferentes maneiras, a depender da origem do/a etnógrafo/a. Como é o caso dos/as antropólogos/as da Colômbia que veem na etnografia uma metodologia para o trabalho colaborativo e para o exercício de suas próprias cidadanias. Orientados por uma lógica de investigação-ação participativa e pela preocupação com as desigualdades no país, esses antropólogos assumem um compromisso com a horizontalidade das relações na realização do estudo, descentralizando o processo de investigação ao reconhecer os demais interlocutores como agentes coprodutores do conhecimento (Rappaport, 2015; Fals Borda, 2013; Leyva Solano, 2007). Posto isto, os desafios éticos estão relacionados ao caráter empático da abordagem metodológica para a construção da pesquisa. Isto é, esses desafios refletem a preocupação metodológica dos investigadores com um engajamento local representativo no processo de produção da pesquisa, buscando evidenciar as lacunas de representação em processos de construção da paz que realizam intervenções a partir de modelos padronizados – ao contrário de abordagens construídas a partir da participação local, que reconhecem as suas vozes marginalizadas e as empoderam para que possam identificar suas necessidades e descobrir suas próprias estratégias para transformação da realidade (Williams, 2017; Angrosino, 2007).

Salienta-se que a responsabilidade ética também é um elemento de preocupação metodológica inerente ao modelo de pesquisa etnográfico, como abordado na primeira seção desse trabalho. Isso revela a necessidade de transparência na escolha e na execução dos métodos de trabalho de campo; porque a administração das informações produzidas é de responsabilidade dos pesquisadores e, considerando que elas muitas vezes partem de suas perspectivas experienciais, os pesquisadores devem ter a autorização de suas fontes para utilizá-las. Quando for o caso, tem-se ainda a responsabilidade de preservar a identidade desses informantes e entrevistados, assegurando que sua participação na construção da pesquisa não produzirá riscos ou consequências negativas em suas vidas ou em suas comunidades (Madison, 2020; Schensul & LeCompte, 2010; Bray, 2008).

A ética revela uma responsabilidade dos pesquisadores, de “não apenas observar as subjetividades alheias” na busca por compreender suas perspectivas, “mas também fazer um esforço ativo a fim de detectar a sua própria posição na estrutura social e como esta afeta sua própria forma de pensar” (Maschietto, Nobre & Nogueira, 2019: 569). Isso é o que Millar (2014) denomina, no quarto pilar de sua abordagem etnográfica, de avaliar as próprias premissas implícitas.

Progressivamente, quanto mais eu coletava informações, mais esses aspectos dialéticos vinham à tona, e mais eu notava meus próprios preconceitos. O “clique” veio em um grupo de foco com mulheres. Como parte da minha metodologia, após o término de cada atividade, eu trocava os papéis e deixava as participantes me fazerem perguntas. Era comum pedirem mais informações sobre o fundo

distrital e até conselhos gerais sobre como encontrar parcerias para melhorar a situação da economia local. Desta vez, no entanto, as mulheres me fizeram mais perguntas pessoais. Elas estavam tentando entender por que uma mulher da minha idade não era casada e, considerando que eu já tinha um certificado de graduação, por que eu estava estudando ainda mais? Eu tinha muitas respostas diretas para essas perguntas, mas de repente percebi que nunca abri minha própria caixa preta. Eu estava lá porque eu realmente queria, ou porque eu estava condicionada por uma sociedade que me levou a ser ambiciosa e lutar por um status social melhor com um PhD? Eu estava mais emancipada do que aquelas mulheres? Eu estava realmente livre para escolher qualquer coisa? Não demorou muito para perceber que minha própria experiência acadêmica estava repleta de exemplos de relatos não emancipatórios (Maschietto, 2015:173 – Itálico do original).

O relato de Maschietto (2015) realça alguns aspectos da imersão local dos etnógrafos e das reflexões que surgem na realização do trabalho de campo, em particular quando a agenda de pesquisa é orientada por um compromisso com a transformação social. Assim, destaca-se a necessidade que os pesquisadores têm de contextualizar-se social e culturalmente para refletir sobre seus próprios posicionamentos, buscando interpretar a realidade na qual está inserido e compreender o outro sem utilizar abordagens essencialistas; em contrapartida, propõe-se uma abordagem empática, que leva em consideração as perspectivas locais sobre a própria realidade e sobre o processo de produção de conhecimento. Como também, a

verdade é que é impossível deixar de ser afetado, já que, se a relação busca ser horizontal, de fato, a pessoa que pesquisa “sofrerá” transformações e entenderá melhor seus diversos processos emancipatórios.

Além disso, o compromisso normativo de pesquisadores e praticantes que buscam desenvolver abordagens eficientes de construção da paz não deslegitima a lógica de produção científica dos EPP, tendo em vista a necessidade do respaldo teórico para a análise das experiências locais e da instrumentalização criteriosa da metodologia para o desenvolvimento da pesquisa, isto é, a produção de conhecimento científico nos EPP parte de uma articulação entre o quadro teórico-conceitual, a metodologia de pesquisa e o compromisso normativo (teoria-dado-valor) (Galtung, 1996); ou, colocado de outra maneira, entre teoria, metodologia e motivação, pois “teorias, metodologias e técnicas estão em função do para que se quer usar esse conhecimento [produzido], para que se quer empregar esse trabalho [etnográfico]” (Vasco, 2007: 21). Aqui, a lógica de instrumentalização da metodologia é reforçada, uma vez que ela possa ser instrumentalizada para a exploração e dominação colonial, ela também pode ser direcionada para a emancipação e construção da paz.

6. Conclusões

A etnografia geralmente é abordada como uma metodologia de pesquisa ou como um método. Enquanto metodologia de pesquisa ela incorpora questões teóricas e epistemológicas para a produção de conhecimento científico, partindo de uma abordagem qualitativa que dá ênfase na interpretação e descrição de realidades socioculturais. Por outro lado, enquanto método, a etnografia está relacionada aos procedimentos de produção de dados em

trabalhos de campo, levando em consideração a forma com que esses dados são registrados e a estrutura de análise utilizada para examiná-los.

O empirismo é um aspecto fundamental do trabalho de campo, seja na pesquisa etnográfica ou na pesquisa para a paz. Entretanto, a perspectiva empirista, nessas duas dimensões, subverte a concepção de realidade imutável e fixa e também de neutralidade dos pesquisadores na interpretação e descrição dessa realidade. Em contrapartida, adotam-se abordagens que inserem os atores locais como sujeitos ativos do processo de construção do trabalho e que, à vista disso, estruturam a investigação a partir de suas experiências. Ou seja, a interpretação e descrição de uma dada realidade deve apreender as experiências e o conhecimento local.

A etnografia, nesse sentido, converge com os Estudos para a Paz, em particular no que diz respeito ao modelo elicetivo de transformação de conflitos, cuja imersão sociocultural e o engajamento dos atores locais são características basilares para a transformação da realidade na qual estão inseridos. Aqui, o reconhecimento da agência dos atores locais na produção de conhecimento e a estrutura analítica erigida das abordagens etnográficas contribuem com a busca dos Estudos para a Paz em identificar as origens culturais e estruturais da violência. Essa contribuição é resultado da responsabilidade ética e política dos etnógrafos em expor estruturas de opressão. A partir disso é possível, também, refletir sobre o papel da etnografia em subverter essas estruturas por meio de iniciativas de construção da paz que visam propor práticas de transformação social baseadas no próprio conhecimento e engajamento local.

Este tipo de pesquisa etnográfica também busca capturar a complexidade de contextos

específicos ao considerar que o fenômeno analisado é apenas uma “parte” ou “recorte” de uma realidade maior e que essa realidade não é estática. Por isso, faz-se necessário observar diferentes elementos culturais, políticos, sociais, etc., e as suas nuances, isto é, como esses elementos se configuram e reconfiguram dentro do contexto específico e de acordo com a perspectiva mais ampla da realidade. Assim sendo, os etnógrafos em projetos de construção da paz não devem se limitar a uma lógica racionalista e tecnicista, comuns às práticas coloniais que orientam a etnografia clássica, pois lidar com contextos que não são fixos, estáveis e imutáveis requer a capacidade de se adaptar e de tratar de forma criativa e intuitiva os obstáculos de seu envolvimento com o local (Lederach, 2005).

Por conseguinte, o empirismo e a abordagem qualitativa são apresentados como características de pesquisas no campo de Estudos para a Paz, cuja dimensão normativa possibilita o desenvolvimento de “metodologias que capturem a essência do seu comprometimento com o empoderamento e a emancipação humana” (Maschietto, Nobre & Nogueira, 2019: 553). Toma-se como exemplo não só a etnografia crítica, mas a metodologia de investigação-ação, que reforça a indispensabilidade do plano prático de ação para a construção da paz, juntamente ao plano de pesquisa teórica. Para explorar uma variedade de fazeres metodológicos pautados pela criticidade, participação ampla e decolonialidade, ilustrados com estudos de casos e aplicabilidade empírica em cenários de violência e crise, sugerimos a coletânea de três volumes denominada *Prácticas otras de conocimiento(s) - Entre crisis, entre guerras* (Leyva et al, 2015).

A orientação transdisciplinar dos EPP também é um elemento coerente com seu comprometimento normativo, pois possibilita a

busca e adoção de diferentes ferramentas metodológicas dos mais variados campos do conhecimento, e que viabilizam o desenvolvimento teórico e prático de abordagens de construção da paz. Nesse sentido, a etnografia – retirada inicialmente da Antropologia – é uma dessas ferramentas, caracterizada pela interdisciplinaridade e que serve aos EPP como uma estratégia eficiente para a compreensão da realidade social local, especialmente a partir de uma postura crítica que incentiva o uso de abordagens empáticas, responsáveis, transparentes, representativas e colaborativas para a produção de dados.

Assim, a imersão sociocultural dos pesquisadores e a sua interação com o local poderão providenciar informações que revelam as necessidades e anseios de sua população, viabilizando o desenvolvimento de estratégias compatíveis para a transformação de sua realidade. Ou seja, o engajamento local fortalece as abordagens sobre emancipação e empoderamento. Mas para tanto, há quatro pilares que sustentam a prática etnográfica em contextos de conflito. O primeiro reconhece a construção da paz como um processo experiencial; o segundo aborda a necessidade da preparação etnográfica; enquanto o terceiro trata do engajamento local na produção do conhecimento; e por fim, o último pilar exige que os pesquisadores avaliem suas premissas implícitas. Para tal empreendimento, é necessário verificar que a etnografia apresenta elementos de preocupação metodológica inerentes ao seu próprio modelo de pesquisa, destacando-se a responsabilidade ética e política, bem como as dificuldades relacionadas ao acesso ao local, à realização das entrevistas, à conduta dos etnógrafos durante a observação participante e à escrita e análise do texto etnográfico.

Não obstante, os desafios de sua instrumentalização na agenda de pesquisa dos

EPP giram em torno de aspectos físicos, psicológicos e éticos. Esses aspectos específicos, contudo, não estão ligados somente aos contextos locais comumente abordados por essa agenda, mas estão conectados principalmente aos elementos de preocupação metodológica inerentes ao modelo de pesquisa etnográfica, que dão base para o

surgimento ou agravamento desses desafios. Portanto, os desafios e limitações parecem surgir não necessariamente dos contextos específicos de conflito, mas da interação dos pesquisadores com o local e de sua conduta ética na instrumentalização dos métodos.

Referencias bibliográficas

Angrosino, Michael (2007) *Doing Ethnographic and Observational Research*, Los Angeles/London/New Delhi/Singapore, SAGE Publications.

Boas, Franz (1932) Os objetivos da pesquisa antropológica, *Science*, Vol. 76 (1983), pp. 605-613.

Boas, Franz (1920) The Methods of Ethnology, *American Anthropologist*, Vol. 22, Nº 4, pp. 311-321.

Bray, Zoe (2008) Ethnographic approaches, in Porta, Donatella della & Keating, Michael (Eds.) *Approaches and Methodologies in the Social Sciences: A Pluralist Perspective*, New York, Cambridge University Press, pp. 296-315.

Brewer, John D. (2000) *Ethnography*, Buckingham, Open University Press.

Clair, Robin P. (Ed.) (2003) *Expressions of ethnography: Novel approaches to qualitative methods*, Albany, SUNY Press.

Darwin, Charles (2018) *A origem das espécies*, São Paulo, Edipro.

Dietrich, Wolfgang (2012) *Interpretations of peace in history and culture*, Springer.

Dietz, Gunther & Cortés, Laura S. M. (2015). Entre culturas, entre saberes, entre poderes: la etnografía reflexiva en el acompañamiento de procesos de interculturalidad educativa, en Leyva, Xochitl et al, *Prácticas otras de conocimiento(s): Entre crisis, entre guerras* (Vol. 1), Cooperativa Editorial RETOS, Taller Editorial La Casa del Mago, CLACSO, pp. 281-312.

Dietz, Gunther (2012) Hacia una etnografía de la educación intercultural, en Dietz, Gunther, *Multiculturalismo, interculturalidad y diversidad en educación: una aproximación antropológica*, Ciudad de México, FCE, pp. 152-209.

Dietz, Gunther (2011) Hacia una etnografía doblemente reflexiva: una propuesta desde la antropología de la interculturalidad, *Revista de Antropología Iberoamericana*, Vol. 6, Nº 1, pp. 3-26.

Fals Borda, Orlando (2013) *Ciencia, compromiso y cambio social*, Buenos Aires, El Colectivo.

Fals Borda, Orlando & Rahman, Muhammad A. (1991) *Action and knowledge: breaking the monopoly with participatory action research*, New York, The Apex Press.

Ferreira, Marcos A. S. V., Maschietto, Roberta H. & Kuhlmann, Paulo R. L. (2019) Introdução: os Estudos para a Paz e o Brasil, en Ferreira, Marcos A. S. V., Maschietto, Roberta H. & Kuhlmann, Paulo R. L. (Orgs.) *Estudos para a Paz: Conceitos e Debates*, São Cristovão/SE, Editora UFS, pp. 13-45.

Freire, Paulo (1974) *Pedagogia do Oprimido*, Rio de Janeiro, Paz e Terra.

Galtung, Johan (1996) *Peace by Peaceful Means: Peace and Conflict, Development and Civilization*, London: Sage.

Galtung, Johan (1990) Cultural Violence, *Journal of Peace Research*, Vol. 27, N° 3, pp. 291-305.

Galtung, Johan (1985) Twenty-Five Years of Peace Research: Ten Challenges and Some Responses, *Journal of Peace Research*, Vol. 22, N° 2, pp. 141-158.

Galtung, Johan (1972) Empiricism, Criticism, Constructivism: Three Approaches to Scientific Activity, *Synthese*, Vol. 24, N° 3/4, pp. 343-372.

Galtung, Johan (1971) A Structural Theory of Imperialism, *Journal of Peace Research*, Vol. 8, N° 2, pp. 81-117.

Galtung, Johan (1969) Violence, peace and peace research, *Journal of Peace Research*, Vol. 6, N° 3, pp. 167-191.

Galtung, Johan (1964) An editorial, *Journal of Peace Research*, Vol. 1, N° 1, pp. 01-04.

Gerhardt, Tatiana Engel & Silveira, Denise Tolfo (2009) *Métodos de pesquisa*, Porto Alegre, Editora da UFRGS.

Goh, Daniel P. (2007) States of ethnography: Colonialism, resistance, and cultural transcription in Malaya and the Philippines, 1890s–1930s, *Comparative Studies in Society and History*, Vol. 49, N° 1, pp. 109-142.

Gusterson, Hugh (2008) Ethnographic research, In Klotz, Audie & Prakash, Deepa (Eds.) *Qualitative Methods in International Relations: A Pluralist Guide*, London, Palgrave Macmillan, pp. 93-113.

Hale, Charles R. (2006) Activist research v. cultural critique: Indigenous land rights and the contradictions of politically engaged anthropology, *Cultural anthropology*, Vol. 21, N° 1, pp. 96-120.

Hancock, Landon E. (2017) Agency & peacebuilding: the promise of local zones of peace, *Peacebuilding*, Vol. 5, N° 3, pp. 255-269.

Helliwell, Christine & Hindess, Barry (2013) Time and the Others, in Seth, Sanjay (Ed.) *Postcolonial theory and international relations: A critical introduction*, Routledge, pp. 70-83.

Hennings, A. (2017) With Soymilk to the Khmer Rouge: Challenges of Researching Ex-combatants in Post-war Contexts, *International Peacekeeping*, Vol. 25, N° 5, pp. 630-652.

Hughes, Caroline, Öjendal, Joakim & Schierenbeck, Isabell (2015) The struggle versus the song – the local turn in peacebuilding: an introduction, *Third World Quarterly*, Vol. 36, N° 5, pp. 817-824.

Jahn, Beate (1999) IR and the state of nature: the cultural origins of a ruling ideology, *Review of International Studies*, Vol. 25, N° 3, pp. 411-434.

Jiménez-Ocampo, Sandro (2008) Etnografía y crisis: algunos debates y una práctica de investigación en contextos de violencia, *Nómadas*, Vol. 29, pp. 34-49.

Kilcullen, David J. (2000) *The political consequences of military operations in Indonesia 1945-99: A fieldwork analysis of the political power-diffusion effects of guerilla conflict* (Tese de Doutorado). University of New South Wales.

Krausz, Ernest & Miller, Stephen H. (1974) *Social Research Design*, London, Longman.

- Kuhlmann, Paulo R. L., Araújo, Suerda G. F. & Rêgo Souza, Edith L. R. (2019) Projeto Universidade em Ação (PUA): rompendo os muros e capacitando para uma cultura de paz por meio do lúdico, do diálogo e das artes, *Mural Internacional*, Vol. 10, pp. 1-14.
- Lederach, John Paul (2014) *The Little Book of Conflict Transformation: Clear articulation of the guiding principles by a pioneer in the field*, New York, Good Books.
- Lederach, John Paul (2005) *The Moral Imagination: The Art and Soul of Building Peace*, New York, Oxford University Press.
- Lederach, John Paul (1995) *Preparing for Peace: Conflict Transformation Across Cultures*, Syracuse/New York, Syracuse University Press.
- Leirner, Piero C. (2009) A etnografia como extensão da guerra por outros meios: notas sobre a pesquisa com militares, *Mana*, Vol. 15, 59-89.
- Leyva, Xochitl et al (2015) *Prácticas otras de conocimiento(s): Entre crisis, entre guerras* (Vol. 1-3), Cooperativa Editorial RETOS, Taller Editorial La Casa del Mago, CLACSO.
- Leyva Solano, Xochitl (2007) ¿Antropología de la ciudadanía?... étnica. En construcción desde América Latina, *LiminaR*, Vol. 5, Nº 1, pp. 35-59.
- Lottholz, Philipp. (2017) Critiquing Anthropological Imagination in Peace and Conflict Studies: From Empiricist Positivism to a Dialogical Approach in Ethnographic Peace Research, *International Peacekeeping*, Vol. 25, Nº 5, pp. 695-720.
- Madison, D. Soyini (2020) Ethics, in Madison, D. Soyini (Org.) *Critical Ethnography: Method, Ethics, and Performance*, Los Angeles/London/New Delhi/Singapore/Washington-DC/Melbourne, SAGE Publications.
- Malinowski, Bronislaw (2005) *Argonauts of the Western Pacific: An Account of Native Enterprise and Adventure in the Archipelagoes of Melanesian New Guinea*, Londres, Routledge/Taylor & Francis.
- Malinowski, Bronislaw (1989) *A diary in the strict sense of the term* (2ª Ed.), London, The Athlone Press.
- Malinowski, Bronislaw (1984) *Una teoria científica de la cultura*. Madrid: SARPE.
- Macaspac, Nerve V. (2017) Suspicion and Ethnographic Peace Research (Notes from a Local Researcher), *International Peacekeeping*, Vol. 25, Nº 5, pp. 677-694.
- Maschietto, Roberta H., Nobre, Fábio & Nogueira, Sílvia (2019) Compreender para mudar: Epistemologia e metodologia nos Estudos para a Paz, en Ferreira, Alan S.V., Kuhlmann, Paulo R. L. & Maschietto, Roberta H. (Orgs.) *Estudos para a Paz: Conceitos e Debates*, São Cristóvão, Editora UFS, pp. 537-576.
- Maschietto, Roberta H. (2015) Dilemmas of Peace Studies Fieldwork with Emancipatory Concerns, *Journal of Peace, Conflict & Development*, Vol. 21, pp. 167-179.
- Millar, Gearoid (Ed.) (2018) *Ethnographic Peace Research: Approaches and Tensions*, Cham, Palgrave Macmillan.
- Millar, Gearoid (2014) *An ethnographic approach to peacebuilding: Understanding local experiences in transitional states*, Abingdon/New York, Routledge.
- Morin, Edgar (2000) *Os sete saberes necessários à educação do futuro* (2ª Ed.), São Paulo/Brasília: Cortez/UNESCO.
- Muñoz, Francisco A. (2001) *La paz imperfecta*, Granada, Universidad de Granada.

Naidoo, Loshini (2012) *Ethnography: An Introduction to Definition and Method*, en Naidoo, Loshini (Ed.), *An Ethnography of Global Landscapes and Corridors*, Rijeka, InTech, pp. 01-08.

Pelizzoli, Marcelo Luiz (2010) Paz e Conflito – Visão sistêmico-fenomenológica, en Pelizzoli, Marcelo Luiz, *Cultura de Paz: Restauração e direitos*, Recife, Editora UFPE, pp. 13-31.

Pels, Peter & Salemink, Oscar (1994) Introduction: Five theses on ethnography as colonial practice, *History and Anthropology*, Vol. 8, N° 1-4, pp. 1-34.

Porta, Donatella della & Keating, Michael (2008) Introduction, en Porta, Donatella della & Keating, Michael (Eds.), *Approaches and Methodologies in the Social Sciences: A Pluralist Perspective*, New York, Cambridge University Press, pp. 01-15.

Pureza, José Manuel (2011) O desafio crítico dos Estudos para a Paz, *Relações Internacionais*, Vol. 32, pp. 5-22.

Pureza, José Manuel & Cravo, Teresa (2005) Margem crítica e legitimação nos estudos para a paz, *Revista Crítica de Ciências Sociais*, Vol. 71, pp. 05-19.

Ramos Muslera, Esteban A. (2015) *Paz Transformadora (y Participativa): teoría y método de la paz y el conflicto desde la perspectiva sociopráctica*, Tegucigalpa, IUDPAS/UNAH.

Rappaport, Joanne (2015) Más allá de la observación participante: la etnografía colaborativa como innovación teórica, en Leyva, Xochitl et al, *Prácticas otras de conocimiento(s): Entre crisis, entre guerras* (Vol. 1), Cooperativa Editorial RETOS, Taller Editorial La Casa del Mago, CLACSO, pp. 323-352.

Rappaport, Joanne (2014) *The disappearing mestizo: Configuring Difference in the Colonial New Kingdom of Granada*, Duke University Press.

Rappaport, Nigel & Overing, Joanna (2000) *Social and cultural anthropology: the key concepts*, London, Routledge.

Richmond, Oliver P., Kappler, Stefanie, & Björkdahl, Annika. (2015) The 'Field' in the Age of Intervention: Power, Legitimacy, and Authority Versus the 'Local', *Millennium: Journal of International Studies*, Vol. 44, N° 1, pp. 23-44.

Richmond, Oliver P. & Mitchell, Audra (2011) Peacebuilding and Critical Forms of Agency, *Alternatives: Global, Local, Political*, Vol. 36, N° 4, pp. 326-344.

Richmond, Oliver P. (2010) Resistance and the Post-liberal Peace, *Millennium: Journal of International Studies*, Vol. 38, N° 3, pp. 665-692.

Robben, Antonius C. G. M. & Sluka, Jeffrey A. (2007) *Ethnographic Fieldwork: An Anthropological Reader*, Oxford, Blackwell Publishing.

Rosenberg, Marshall B. (2006) *Comunicação não-violenta: técnicas para aprimorar relacionamentos pessoais e profissionais*, São Paulo, Ágora.

Schensul, Jean J., & LeCompte, Margaret D. (2010) *Designing & Conducting Ethnographic Research: An Introduction*, Lanham/New York/Toronto/Plymouth-UK, Rowman & Littlefield Publishers.

Schensul, Jean J., & LeCompte, Margaret D. (2013a) *Initiating ethnographic research: a mixed methods approach*, Lanham/New York/Toronto/Plymouth-UK, Rowman & Littlefield Publishers.

Schensul, Jean J., & LeCompte, Margaret D. (2013b) *Essential Ethnographic Methods: A Mixed Methods Approach*, Lanham/New York/Toronto/Plymouth-UK, Rowman & Littlefield Publishers.

Schierenbeck, Isabell (2015) Beyond the local turn divide: lessons learnt, relearnt and unlearned, *Third World Quarterly*, Vol. 36, Nº 5, pp. 1023-1032.

Suzuki, Peter T. (1981) Anthropologists in the wartime camps for Japanese Americans: a documentary study, *Dialectical Anthropology*, Vol. 5, Nº 1, pp. 23-60.

Vasco, Luis G. (2007) Así es mi método en etnografía, *Tabula rasa*, Vol. 6, pp. 19-52.

Webel, Charles & Galtung, Johan (2007) *A Handbook of Peace and Conflict Studies*, London/ New York, Routledge.

Williams, Timothy (2017) Visiting the Tiger Zone: Methodological, Conceptual and Ethical Challenges of Ethnographic Research on Perpetrators, *International Peacekeeping*, Vol. 25, Nº5, pp. 610-629.

Whitehead, Tony L. (2004), *What is Ethnography? Methodological, ontological, and epistemological attributes*, Cultural Ecology of Health and Change. <https://static1.squarespace.com/static/542d69f6e4b0a8f6e9b48384/t/56495b19e4b0bfd3ce24605d/1447648025111/EpiOntAttrib.pdf> [consultado em 22 de abril de 2020].

PROCESO EDITORIAL ▶ EDITORIAL PROCESS INFO

Recibido: 10/05/2020 Aceptado: 18/12/2021

CÓMO CITAR ESTE ARTÍCULO ▶ HOW TO CITE THIS PAPER:

Silva, Luan do Nascimento, Leite, Alexandre César Cunha, Kuhlmann, Paulo Roberto Loyolla (2021) Desafios metodológicos da etnografia nos Estudos para a Paz. *Revista de Paz y Conflictos*, Vol.14 (1), 7-33.

SOBRE LOS AUTORES ▶ ABOUT THE AUTHORS

Luan do Nascimento Silva é Doutorando no Instituto de Relações Internacionais da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (IRI/PUC-Rio), mestre em Relações Internacionais pela Universidade Estadual da Paraíba (UEPB). Membro da Rede de Pesquisa em Paz, Conflitos e Estudos Críticos de Segurança (PCECS), do Grupo de Estudos de Paz e Segurança Mundial (GEPASM/UEPB) e do Projeto Universidade em Ação (PUA/UEPB). <https://orcid.org/0000-0003-2425-4227>.

Alexandre César Cunha Leite é Doutor em Ciências Sociais/Relações Internacionais. Docente no Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais da Universidade Estadual da Paraíba (PPGRI/UEPB), no Programa de Pós-Graduação em Gestão Pública e Cooperação Internacional da Universidade Federal da Paraíba (PGPCI/UFPB) e no Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PPGRI/PUCMINAS). Editor-chefe da Revista Brasileira de Políticas Públicas e Internacionais (RPPI). Coordenador do Grupo de Pesquisa em Ásia-Pacífico (GEPAP/UEPB). <http://orcid.org/0000-0002-0209-2717>

Paulo Roberto Loyolla Kuhlmann é Doutor em Ciência Política. Docente e coordenador do Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais da Universidade Estadual da Paraíba (PPGRI/UEPB). Membro da Rede de Pesquisa em Paz, Conflitos e Estudos Críticos de Segurança (PCECS) e do Conselho Latino-Americano de Investigação para a Paz (CLAIP). Coordenador do Grupo de Estudos de Paz e Segurança Mundial (GEPASM/UEPB) e do Projeto Universidade em Ação (PUA/UEPB). <https://orcid.org/0000-0001-7821-9086>